



**Acta da Sessão Ordinária da
Assembleia Municipal do Concelho
de Figueira de Castelo Rodrigo,
realizada no dia vinte e cinco de
Fevereiro de dois mil e onze**

-----Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro de dois mil e onze, pelas catorze horas e trinta minutos, no Auditório da Casa da Cultura, comigo, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, compareceram os Senhores Deputados para a realização da sessão ordinária da Assembleia Municipal, convocada de acordo com o n.º 1, do artigo 49º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

-----O Senhor Luís Ricardo Beato Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. -----

-----Ao efectuar a chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados: -----

----- - Mário José Pimentel Saraiva Salvado, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal; -

----- - Nelson Rebolho Bolota; -----

----- - Carlos Alberto de Almeida Simões; -----

----- - Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal; -----

----- - Francisco José Moutinho, Presidente da Junta de Freguesia de Penha de Águia; -----

-----O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal comunicou a justificação dos Deputados: Mário José Pimentel Saraiva Salvado; Carlos Alberto de Almeida Simões e de Teodoro Augusto Farias, Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal por motivos profissionais. -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “
Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Membros da Mesa, caros colegas Deputados e digníssimo público presente. Como poderão verificar, hoje, não podemos contar com a presença de Senhor Presidente da Mesa, Dr. Mário Salvado, em virtude deste se encontrar, num período temporalmente coincidente, em representação deste órgão, na Sociedade de Geografia em Lisboa, a participar na apresentação do Livro “ Quinta-Feira da Ascensão, Quinta-Feira da Espiga - Festa do Leite, da autoria de um antigo Membro

desta Assembleia, Dr. António Vermelho do Corral, que muito tem lutado por manter viva as memórias deste concelho, preservando e enriquecendo o nosso acervo etnográfico para os tempos vindouros, com diversas publicações que eternizam as práticas ancestrais que nos distinguem e dão aquele carácter de unicidade que tanto nos fartamos de defender. Nesse sentido e por não se encontrar regularmente constituída a Mesa, e caso não haja oposição ou entendimento em contrário dos membros presentes, passaria a convidar um dos Deputados Municipais presentes para completar a Mesa desta Assembleia Municipal e, passaria a chamar o Enfermeiro Sérgio Ribeiro para tomar o lugar na Mesa, caso não haja oposição em contrário. Completado este procedimento regimental necessário podemos prosseguir.” -----

-----**1- Período Antes da Ordem do Dia:**-----

-----**1.1. Leitura, apreciação e aprovação da acta da sessão de 10 de Dezembro de 2010.**---

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Vou colocar à votação a acta de 10 de Dezembro de 2010. Colocada à votação foi aprovada por unanimidade dos membros presentes. -----

-----Como sabem este passo ainda é anterior à própria ordem do dia e, nesse sentido passaríamos neste momento ao período antes da ordem do dia propriamente dito, dando início à Assembleia Municipal. Antes de abrir a discussão aos membros presentes, queria apenas deixar algumas palavras sobre alguns assuntos prementes que nos deverão fazer pensar. Aproveito este ensejo para recordar que nos encontramos presentes na primeira Assembleia Municipal Ordinária do ano 2011, um ano marcado por constrangimentos para todos, quer para as pessoas quer para as instituições, que merecerão de todos o engenho e a coragem de ousar rumar contra as adversidades que diariamente nos irão colocar. É sabido do corte cego que o Orçamento de Estado para o ano 2011 infligiu nas autarquias locais, pois de um ano para o outro estas viram reduzidas as transferências dos fundos, que lhes são por Direito por parte do Estado em mais de 10%! Isto agravado pelo facto de o Poder Local continuar a ser onerado pela obrigação de se substituir à Administração Central em diversas áreas de actuação, por forma a permitir que alguns serviços públicos se mantenham num nível de satisfação mínimo, situação que a Administração Central continuar a ignorar, porque facilmente podemos verificar em Figueira de Castelo Rodrigo situações em que a autarquia tem de se substituir aos Ministérios, às Delegações Regionais, aos Institutos Públicos, para que os Figueirenses continuem a poder aceder a certos e

determinados direitos, que lhe são obviamente consagrados constitucionalmente, mas que se não fosse a autarquia a substituir-se à Administração Central não nos poderíamos alavancar a eles e, isto ainda agrava mais o facto de o corte ter incidido cegamente sobre todas as transferências anuais para as autarquias. Para além deste corte cego, muito recentemente, na esteira desta agressão ao Poder Local, o Governo pela mão do Secretário de Estado da Administração Local, que tem por função fiscalizar a actividade das autarquias locais, lançou na agenda política o debate da reestruturação do mapa autárquico nacional. Julgo que a seu tempo, seja necessário uma tomada de posição deste órgão sobre esta pretensão, até porque foi aberta uma ofensiva contra a sustentabilidade do território e das suas gentes, estando em risco a sobrevivência de diversas freguesias deste concelho e porque não da própria Câmara Municipal, que em muitos casos são o último recurso dos seus habitantes a acederem a inúmeros direitos que desta forma cairão no esquecimento, ficando apenas no papel. Por fim, não poderia deixar de expressar aqui, como é habitual, uma comunicação a esta assembleia, que pessoalmente integrei uma comitiva de elementos do Município que se deslocou, no passado dia 14 de Fevereiro, à cidade de Wissous, em Paris. Esta deslocação foi a convite da Marrie de Wissous, partindo da parte do Senhor Presidente dessa autarquia. Esta comitiva teve a oportunidade de visitar aquela cidade geminada, para participar nas cerimónias anuais de recepção dos wissousiens, nos Paços do Município daquela autarquia, onde é costumeiro o órgão executivo municipal todos os anos apresentar contas à população das actividades realizadas no ano anterior, bem como os projectos que tem em mente para os anos vindouros. Foi mais uma acção englobada no projecto de geminação existente com essa cidade, na qual tive oportunidade de pessoalmente aprofundar o sentimento de necessidade de cooperação institucional entre estas duas autarquias. Foram debatidas ambas as visões coincidentes do caminho que se deverá percorrer, tendo surtido já o efeito prático através da celebração de um protocolo de colaboração com os Bombeiros de Paris e os Bombeiros de Figueira de Castelo Rodrigo, pois muito proximamente esses Bombeiros virão a Figueira de Castelo Rodrigo a fazer treino logístico e operacional com os nossos Bombeiros e, porque não num futuro próximo os Bombeiros de Figueira retribuírem a visita e irem a Paris aprenderem as novas técnicas que são utilizadas naquela cidade. Ficou igualmente aberta a porta para se proceder de igual modo para as Associações dos dois concelhos, quer IPSS'S quer Associações de carácter

recreativo e cultural, a possibilidade de se realizarem intercâmbios com as forças vivas dos dois concelhos, quer a nível comercial quer a nível industrial, com a ida dos empresários figueirenses a Wissous e os empresários de Wissous serem recebidos em Figueira de Castelo Rodrigo, para se poderem trocar oportunidades de negócios que hoje se abrem. Eu tive a possibilidade de constatar que o tecido empresarial de Figueira de Castelo Rodrigo e de Wissous não é muito diferente do nosso mas até complementar, porque eles vivem mais da prestação de serviços, por exemplo na colocação de produtos no mercado e, porque não os agricultores de Figueira de Castelo Rodrigo aproveitarem esta possibilidade, sendo que o Presidente da Câmara de Wissous deu a mão à nossa autarquia para que essa realidade se pudesse concretizar. De igual modo ficou expresso a possibilidade de estudar a viabilidade de troca de funcionários entre ambas as edilidades para estágios técnicos, formação e aprendizagem de novas competências que seriam por demais enriquecedoras para a organização de qualquer uma destas autarquias. Fica desta forma expressa a admiração e o agradecimento pelo modo como fomos recebidos pelo Senhor Presidente da Câmara de Wissous, bem como a gratidão pela maneira calorosa como a comunidade portuguesa naquela cidade nos recebeu, extensivo à Associação Franco-Portuguesa de Wissous, aos seus associados e corpos dirigentes, que lutam por manter as tradições vivas o espírito e a saudade tão característica do nosso povo. Posto isto passaremos então à abertura das inscrições para o período antes da ordem do dia." -----

----- **Francisco António Fresta Darei, Presidente da Junta de Freguesia de Almofala:** “ Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Deputados, estimado Público. Hoje a minha intervenção prende-se com alguns problemas causados com os lobos na área da minha Freguesia e arredores. Outrora como todos sabem, o lobo era uma espécie muito abundante, e com uma distribuição territorial grande, encontrando-se hoje confinado a uma pequena porção do seu antigo território ancestral. O lobo é um animal generalista na selecção do seu habitat, dependendo sempre da disponibilidade do alimento que existe, e das atitudes para com a sua existência. O seu comportamento alimentar é muito diversificado, alimentando-se habitualmente de animais selvagens (tal como corços, veados ou javalis), mas quando estes faltam ele não hesita e vê-se obrigado a procurar alimento atacando os animais domésticos, estando este comportamento muitas vezes na origem de grandes conflitos com os criadores de gado, quando prejudicados por eles, visto que é um animal protegido por Lei. Daí esta minha intervenção. -----

Senhor presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Deputados, nos últimos tempos têm chegado ao meu conhecimento vindas dos pastores, várias queixas de grandes prejuízos causados pelos lobos nos seus rebanhos na área da minha Freguesia, dos quais não me posso alhear, e que passo aqui a enumerar: Narcisa Ginguerra Correia 148 Ovelhas, José Espinha Leal 41 Ovelhas, Luís Soares Dinis 30 Ovelhas e 7 Cabras, José Luís Ginguerra Correia 40 Ovelhas, Senhor Orlando de Escarigo 1 Vitela, o que faz um total de 267 cabeças de gado, podendo-se considerar já um grande e grave prejuízo para a economia dos ditos pastores. Senhores Presidentes da Assembleia e Câmara Municipal, a Freguesia de Almofala como é do conhecimento de todos, infelizmente faz parte integrante do PNDI, entidade que deveria de fazer o controlo dos lobos, porque são eles que os lá colocam, bem como assumir todos os prejuízos por eles causados, coisa que infelizmente não acontece, e não querem fazer. Como podem ver por estes números, este assunto deveria de merecer pelo menos alguma atenção por parte de quem tutela toda esta área que vai da ribeira da Gaiteira até Miranda do Douro, mas em vez disso preferem fazer orelhas moucas a todas as queixas que os pastores lhes têm feito ao longo de todo este tempo, dizendo apenas que todas estas ovelhas foram mortas por cães a vadiar pela zona, o que não corresponde minimamente à verdade, porque não é qualquer cão que mata tantas ovelhas, e muito menos uma vitela. Minhas Senhoras e meus Senhores, também chegou ao meu conhecimento que na freguesia espanhola de Porto Seguro houve à muito pouco tempo um ataque semelhante, em que os lobos mataram 16 Ovelhas a um pastor chamado Manulo, e aí as autoridades que gerem o PNDI chamadas ao local, não tiveram dúvidas em declarar que os animais foram mortos pelos lobos, e fazer o respectivo pagamento dos mesmos, coisa que aqui não acontece. E eu pergunto porquê? Ou será que o Parque só existe para garantir os empregos de quem lá trabalha. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhoras e Senhores Deputados, eu também sou um fervoroso defensor da Flora e da Fauna da Minha Terra, mas sou acima de tudo um defensor acérrimo de todas as pessoas e seus bens que foram muito molestados, e prejudicados pelos ataques dos lobos nos últimos tempos, e é por tudo isto que peço a Vossas Excelências Senhores Presidente da Assembleia e Câmara Municipal para que usem todo o poder que estiver ao alcance de Vossas Excelências junto da entidade que gere o PNDI, para a ajudar a resolver esta

situação, para que ela não se possa tornar ainda mais gravosa para estas pessoas nos tempos vindouros. Obrigado." -----

----- **Tomás Monteiro Gouveia, Presidente da Junta de Freguesia de Vermiosa:** " Boa - tarde a todos. Quanto a este assunto gostava apenas de acrescentar que a mim já me mataram duas vitelas para acrescentar ao número apresentado e, ao Senhor Sebastião Roque três vitelas, portanto foram cinco animais que eu saiba." -----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** " Boa - tarde a todos. Em relação a este tema que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Almofala trouxe para aqui demonstra bem a realidade, embora as pessoas responsáveis pelo PNDI digam que é mentira de que não existem lobos aqui, já se pode provar o contrário, pois foi encontrada uma loba morta, foram avisadas as respectivas autoridades locais, em que o animal foi recolhido por um analista. Este exemplar foi encontrado na Serra da Piçarra, ou seja, na zona da Freixeda do Torrão, por trabalhadores da Junta de Freguesia que andavam nos caminhos e deram conhecimento da situação. O animal foi levado para Lisboa, salvo erro, e a informação disponível é que era uma loba entre os três e os quatros anos e, estão a estudar os motivos da sua morte, isto porque à partida não foram os caçadores que a abateram, tanto que numa montaria realizada na Serra da Penha foi avistado um lobo. Estes acontecimentos só servem para reforçar a exposição apresentada anteriormente, que ao contrário do que dizem os responsáveis do PNDI e, que fique aqui isso bem claro aqui que não temos nada contra esta entidade, aliás eu sou da opinião de que esta devia debater todas estas questões com as Associações de Caçadores e Agricultores porque não se pode estar a fugir à realidade e, esta demonstra que existem lobos uma vez que foi encontrado um morto para testemunhar e existem lobos vivos, porque se formos fazer uma batida à Serra eles serão vistos novamente por lá, por isso o PNDI não se pode continuar a refugiar de que são os cães, não digo que alguns ataques não poderão ser de cães vadios, mas que é uma realidade de que os lobos estão em Figueira de Castelo Rodrigo, está provado. Por outro lado as presas continuam a ser as mesmas, o coelho, a lebre e a perdiz mas já apareceram outras espécies como o saca-rabo e as águias, ou seja, o habitat está a ser alterado, portanto alguma coisa está se está a modificar, por isso era necessário que as pessoas responsáveis debatessem pois ninguém é contra os lobos desde que não prejudiquem ninguém, porque na minha opinião penso que seja preferível defender os rebanhos do que ter lobos, mas ao menos que paguem os prejuízos e os assumam, o problema é que dizem que não há, mas agora já não o podem contestar." -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Muito bem fica assente a preocupação, não obstante dessa pretensão ser entre particulares e o PNDI, contra os particulares os pedidos indemnizatórios e depois contestar o indeferimento dos mesmos, eu penso que as autarquias locais, quer as freguesias das áreas afectadas quer a Câmara Municipal, poderão reforçar esse pedido solicitando explicações ao PNDI e, fica um pedido quer às Juntas de Freguesia afectadas quer à Câmara Municipal para procederem em conformidade e, averiguar de fundo o que se passa hoje em dia com essa situação pelos motivos aqui expostos, um prejuízo elevadíssimo para os criadores locais.” -----

-----**2- Período da ordem do dia:** -----

-----**2.1. Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea e) do n.º1 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5 - A/2002, de 11 de Janeiro.** -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Muito - obrigado Dr. Luís Pereira em representação hoje do Dr. Salvado, que se deslocou a Lisboa à Sociedade Portuguesa de Geografia para o lançamento do livro do Dr. Vermelho do Corral, daqui as nossas saudações à distância por esse acto cultural realizado na capital, cumprimentar todos os Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta. Em relação à questão anterior gostaria de começar, embora intervindo já no período da ordem do dia, de dizer que haver espécies autóctones no nosso território é bom e enriquece-nos a todos, desde que elas sejam de facto nossas e sustentáveis. Agora quando elas conflituam com a nossa actividade agrícola ou agro-pecuária tem de haver indemnizações compensatórias e, de facto o PNDI tem de ser chamado à responsabilidade pelo pagamento destas, quer pelas pessoas que tenham os prejuízos quer pelos autarcas como aqui já foi feito e, nós também faremos eco dessa vontade e exigência. Da última reunião que tive com o Director do PNDI, não se tem muitas reuniões, porque agora a Direcção fica em Braga, ou seja, o Parque Natural do Douro Internacional é dirigido a partir de Braga e, eu recusei-me sempre em ir lá reunir porque nunca concordei com a saída da gestão do Parque para Braga e, portanto se o Senhor Director quiser reunir comigo tem que vir cá porque eu não vou lá, porque às vezes temos que nos dirigir a Coimbra ou a Lisboa à sede das instituições ou dos ministérios e, aí temos mesmo de ir quando é do nosso interesse, mas neste caso

concreto era uma realidade que já tínhamos, porque a direcção do Parque estava no território e, depois quando se mudou para Braga nunca concordámos, por isso não vamos nem iremos a nenhuma reunião, mas recebemos cá o Senhor Director e fizemos-lhe sentir que o Parque não está a ser uma bandeira de desenvolvimento, pois não ajudou os agricultores a fazerem candidaturas ao PRODOR, o Parque apenas multa, pois andámos todos aí a fazer grandes limpezas nos fins - de - semana em regime de voluntariado a limpar lixo e, o Parque não se associou a nós nem reconheceu esse mérito, mas depois vem multar as Juntas de Freguesia como agora a de Escalhão em trinta e oito mil e quinhentos euros por ter um terreno onde as pessoas depositam lixo, a qual obviamente a vamos contestar e impugnar. Neste sentido, o PNDI terá de adoptar outro comportamento ou terá uma guerra muito aberta connosco, pois em boa verdade não está a funcionar bem e, este é um tema em que podemos fazer valer as nossas exigências para que este funcione melhor. Quanto à actividade do Município ela vai prosseguindo com regularidade, pois tivemos em Sobradilho a assinatura do Protocolo de Cooperação Transfronteiriço, em que hoje mesmo nos representámos numa reunião da rede ibérica de entidades transfronteiriças no sentido de acautelar os programas de cooperação transfronteiriça até 2020, porque existe esta necessidade de aprofundar as relações transfronteiriças e de encontrar meios para utilizar a satisfação das populações. Participámos na I.ª Feira Eco - Raia , em Salamanca que foi um sucesso para os produtos do nosso concelho, pois vendeu-se praticamente tudo, tendo sido um sucesso para os produtos endógenos, para os nossos vinhos, enchidos, doces. Houve a deslocação de uma pequena e breve comitiva à Cidade de Wissous, para participar nas cerimónias municipais daquela cidade com a qual estamos geminados. O município também aderiu ao programa " A minha rua", o qual está inserido no Programa Simplex Autárquico, de modo que as pessoas possam por via informática comunicar situações de deficiência ou que o município pode aprimorar a sua actuação e já estamos a ter ocorrências registadas e a respeitar essas situações de melhorias que os cidadãos fazem. Apoiámos à realização do 1º Raid TT " Arribas do Côa e mais dois raids que se vão realizar ainda este mês, sendo certo que estamos a tentar sensibilizar as entidades que organizam para que se faça um grande Raid em vez de vários e pequenos eventos que não dão aquela visibilidade e divulgação que nós gostaríamos. Apoiámos a 2.ª fase das obras de construção do Centro de Dia e Lar - Residência de Idosos da Reigada, que vai agora ter início e, continuam a bom ritmo as obras de construção do Mercado Coberto já com

financiamento comunitário garantido aqui na vila, também do Centro Náutico de Barca de Alva também já com participação garantida e do Pavilhão Multiusos em Figueira também já com participação comunitária garantida. Portanto estas três obras, pois não seria de outro modo, uma vez que não avançaríamos com elas se não houvessem financiamento, o qual poderá ir até aos 85%, por isso em boa-hora as lançámos porque vamos conseguir com que o Mercado Coberto e o Centro Náutico sejam subsidiados entre a 80 a 85%, e para o Pavilhão Multiusos só não serão esses valores porque não tem uma temática só de desporto, mas várias valências, as quais não poderiam ser apoiadas a esses níveis, mas estamos à espera de uma boa execução durante este ano, para depois solicitarmos uma reprogramação financeira no sentido de termos um bom apoio, o qual neste momento ronda cerca de um milhão de euros para a sua construção, pois vai ter um anfiteatro para trezentas pessoas, espaço para o funcionamento das sedes de cerca de oito a dez Associações, salas para formações, isto é, vai ter mais incrementos, uma vez que não vai ser só um Pavilhão de Desportos mas de Multiusos, por isso estamos a estudar as melhores possibilidades para a incrementação de apoios comunitários para essas obras. Também se apoiaram as obras de requalificação do edifício da Fundação Dona Ana Paula Vaz de Mascarenhas que é a Creche, em que é necessário pintar, uma nova caldeira de aquecimento, recorrer à micro geração de electricidade, ou seja, a produção de energia, para o qual apresentámos uma candidatura ao PRODOR via Raia Histórica, que esperamos que seja aprovada e, a Câmara Municipal tem apoiado à recuperação daquele edifício. Conclui-se também o projecto para a requalificação dos Correios Antigos de Mata de Lobos, portanto neste momento o projecto está concluído e pode ser posto a concurso mal haja financiamento comunitário para a obra. Neste momento decorrem as festividades da Amendoeira em Flor, no fundo um programa que tem setenta anos e que se repete em cada ano com maiores ou menores iniciativas. Este ano vamos ter o lançamento de um roteiro turístico, uma obra coordenada pelo fotógrafo Daniel Gil, a qual de facto é um apelativo à divulgação e à visita do nosso concelho, pois tem quatrocentas fotografias muito interessantes e todo ele está construído com uma energia de sentimento, de visita, de vivacidade, de descoberta do nosso concelho, o qual irá ser lançado no próximo domingo, às 16 horas, em Barca de Alva para o qual estão todos convidados. Vamos ter ainda hoje no final desta sessão a inauguração de uma breve exposição sobre os setenta anos da Amendoeira em Flor, sobre o histórico desta visita turística ao nosso concelho, saber como é

que isto começou, como se está e como é que se poderá ou não melhorar no futuro. A acrescentar também teremos várias actividades culturais e desportivas, quer para a animação dos territórios, quer para a divulgação e para cativarmos mais visitantes e turistas. Em termos financeiros o endividamento mantém-se, de uma forma geral no mesmo nível, contudo a longo - prazo a dívida já tem inscrito aquele empréstimo que nós aprovámos aqui em tempos, não obstante a situação real da dívida efectiva, porque o empréstimo que já está acordado não está utilizado no seu todo, portanto ele rende juros enquanto não é utilizado, não obstante esteja aí um capital em dívida de sete milhões e duzentos mil euros, o certo é que a dívida efectiva ao banco está nos dois milhões e setecentos mil euros, sendo que temos quatro milhões e meio de euros para custear uma série de obras que estão candidatas aos fundos comunitários e ainda não utilizámos, mas iremos aproveitá-los à medida que os autos de medição forem entrando. Têm-se vindo a fazer as amortizações normais, ou seja, todos os empréstimos bancários tem sido amortizados no seu período de vida útil. Aos fornecedores a dívida aumentou um bocadinho por causa de alguns autos mais significativos entre o momento em que este entra e o período em que é pago e amortizado, mas este aumento está relacionado com as obras que estão em andamento, sendo esta a informação que se presta neste momento.” -----

-----**2.2. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 110 - PCM / 2010, Alteração aos Estatutos de Figueira Cultura e Tempos Livres, EM.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Trata-se de uma proposta de alteração aos estatutos da empresa Figueira Cultura e Tempos Livres, no sentido de receber a Figueira Verde já extinta como nós aqui já deliberámos e, ao mesmo tempo adaptar os estatutos com o aumento do capital social da empresa municipal que agora tem mais responsabilidades, a qual passará a ter um capital social de cinquenta mil euros realizado pelo município. São alterações que se impõem face ao histórico de outras deliberações já aqui tomadas.” -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ De referir que a nova lei obriga que se passe de EM para EEM e, essa denominação obriga a uma modificação estatutária igual, sendo estas as alterações praticadas, isto é, o aumento do capital social e a alteração de denominação na parte final, pois em vez de ser Empresa Municipal é Entidade Empresarial Municipal.” -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** “ Muito boa tarde, cumprimentar a Mesa, Senhor Presidente da Câmara e os meus colegas Deputados. A questão das Empresas Municipais neste concelho já foram debatidas em tempos, mas também é um caso que está na ordem do dia, quer as empresas públicas quer as empresas municipais. Só gostaria de recordar que a dinamização económica deste concelho através e tendo como alavancagem a área agrícola e os seus produtos endógenos sempre nos preocupou e, até fazia parte do nosso programa eleitoral de 2001, era aliás uma bandeira chave e estratégica para o desenvolvimento deste concelho, onde tínhamos vários planos e actividades dentro dessa estratégia global. Quando o antigo Presidente da Câmara vencedor propôs a criação da Figueira Verde, penso que na altura foi dado o benefício da dúvida, porque achámos que podia ser um instrumento que vinha de acordo com o nosso projecto e, podia ser de facto o motor dessa dinâmica económica, mas é bom hoje fazermos um balanço disso, pois penso que nunca foi feito este balanço desta Figueira Verde, o qual é negativo, porque penso que ninguém se atreve a dizer que teve uma vida e um final feliz, da qual ficou de ser feito um balanço de encerramento nesta assembleia, mas nunca se realizou, não sei porquê, uma vez que não deu, não deu, porque às tantas aquela Empresa Municipal parecia uma mercearia de bairro que comprava e vendia produtos e ia a algumas feiras, mas não gerava dinâmicas económicas, as quais não eram difíceis, pois neste país felizmente existem concelhos que tem essas dinâmicas implementadas há anos como Vinhais, Montalegre, entre outros, uma vez que existem muitos bons exemplos de como isto se faz com dedicação e perseverança, mas é preciso fazê-lo. Portanto penso que esta Figueira Verde não deixa saudades, mas quero dar o benefício da dúvida a esta integração, que foi apoiada e bem, mas se observarmos as atribuições desta nova Empresa que vão até à alínea n), só duas a alínea h) e a alínea i) é que falam das dinâmicas agrícolas, porque o resto é tudo cultura e tempos livres, que são o apoio a artesãos e agricultores e a exploração de zonas de caça e pesca, por isso também não temos grande esperança que esta dinamização económica tendo como alavancagem o sector agrícola e outros sectores agro-pecuários que tenham muito êxito, mas vamos dar o benefício da dúvida, por isso eu vou-me abster quanto a estes estatutos, pois apoiamos esta integração, mas fazemos um balanço negativo daquilo que foi o papel da Figueira Verde e, também não depositamos grande esperança que esta empresa seja o motor desse desenvolvimento económico, mas apesar de tudo vamos

tentar que a Câmara Municipal aprenda com os erros passados e implemente novas dinâmicas e, cá estaremos para as apoiar se elas acontecerem."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Senhor Deputado não sei se fez alguma confusão, mas é um processo de fusão e não de constituição de uma nova entidade, pois o que se vai processar daqui a dias é a fusão da Figueira Verde dentro da Figueira Cultura e Tempos Livres, não vai ser criada nenhuma Empresa Municipal de raiz, apenas a Figueira Cultura e Tempos Livres vai receber parte das atribuições que a lei permite que a Figueira Verde mantenha serão absorvidas pela Figueira Cultura e Tempos Livres, mas infelizmente a lei aprovada em Assembleia da República vedou a actividade da Figueira Verde em certos sectores, pois aqueles que refere estão vedados, por isso é impossível a sua ideia manter-se desde 2001, porque como sabe existe um percurso legislativo desde dessa data até hoje e, esses pressupostos que mantém como válidos, hoje em dia não o são, infelizmente porque a Figueira Verde poderia valer de uma determinada forma a qual não lhe é permitida." -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** " Muito - obrigado. Penso que uma coisa é a vontade que todos temos de que haja alavacagem da agricultura e da nossa agro-indústria e outra é quem a pode fazer, efectivamente existe um Ministério da Agricultura, o IAPMEI, uma Agência Portuguesa de Investimento, Cooperativas de Agricultores as quais já as tivemos no nosso concelho mas não surtiram grande resultado, pois sempre se debateram com grandes problemas de gestão. A lei desde 2006 foi alterada, a qual passou a dizer que estávamos impedidos porque distorcíamos a concorrência de exercer as actividades que estavam previstas no nosso plano e estatutos, os quais teriam de ser adaptados à Lei n.º 53-F/2006, de 29 de Dezembro e, a partir daí de facto tivemos a nossa actividade muito limitada e, mesmo assim ousámos alavancar o apoio aos agricultores com iniciativas para a modernização da actividade agrícola, com a compra de pequenos equipamentos para a manutenção das suas frotas, máquinas e apetrechos, apoiou-se a plantação de árvores assim como as Cooperativas de Olivicultores e outras entidades que juridicamente actuam no terreno da agro-indústria, portanto fez-se o possível para o seu desenvolvimento mas não podíamos fazer mais porque a lei não o permite, por isso não é competência do Município mas de outros organismos do Estado. A Empresa Municipal Figueira Verde apesar da sua vontade nunca teve os meios nem o quadro jurídico para os fazer porque uma vez que é apoiado publicamente distorce a concorrência, uma vez que é

apoiado publicamente e colide com a iniciativa privada e a União Europeia não apoia iniciativas desse género. Assim sendo todos nós temos vontade de alavancar a nossa agricultura, mas apresentámos um plano de marcha de apoio à agricultura no nosso concelho ao Senhor Ministro da Agricultura, do qual ainda aguardamos uma resposta, a qual espero que não se reporte a estar de acordo com o plano, mas depois em termos financeiros não poder contribuir e, também não vemos da parte da Direcção Regional da Agricultura a fazer nenhum investimento por aqui, não os vemos a dar nenhuma ajuda a plantar aquilo seja, não ensina os agricultores sobre quais os produtos que são mais apoiados ou quem tem mais viabilidade na exportação, ou seja, denota-se uma grande desistência do Ministério da Agricultura destes nossos territórios e, nisso estamos de acordo com o Dr. Feliciano Martins pois alavancar a agricultura não é desistir dela, não é ter uma Direcção Regional da Agricultura que não apoia os agricultores, isto é, não os ensina a produzir, não encontrar mercados para a produção, não lhes prestar informação nenhuma, por isso não tem grande viabilidade enquanto casa dos agricultores e de ninho de conhecimento que podia aconselhar e informar os agricultores de como e quando concorrer para modernizarem a sua actividade agrícola e de saberem comercializar e escoarem os seus produtos, mas infelizmente isso não se denota. No decorrer deste mandato gostaríamos ainda a nível do agricultor apoiá-los em termos de gabinete, aliás nós oferecemo-nos ao Senhor Secretário de Estado da Agricultura para gerir aquela casa da agricultura conjuntamente com o Ministério, para termos ali acções de formação, informação de agricultores, apoio para candidaturas a fundos comunitários, candidaturas ao PRODUR, tanto que já tivemos uma reunião e estamos à espera de uma resposta formal, que nos permita utilizar aquele espaço para termos ali um gabinete de apoio ao agricultor também com o apoio do Município tendo em vista alavancar a agro-indústria, mas mesmo assim temos feito pois conseguimos aprovar mais denominações de origem protegida, pois existe mais azeite engarrafado do que havia, mais produto agrícola acabado para vender, temos ajudado pequenas unidades de engarrafamento, de criação de empresas, não foi muito, mas sem a ajuda da Câmara Municipal teria sido muito pior, mas não se culpe a Figueira verde por não ter conseguido objectivos que não ela não deixe de prosseguir." -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** “ Não vale a pena a gente andar a desculpar-se com razões que não tem suporte para tal, porque ainda agora o Senhor Presidente e muito bem , afinal o Município tem competências para a dinamização

económica, agora o que eu disse é que a Figueira Verde não prosseguiu o seu objecto e extinguiram-na, porque não podia prosseguir uma vez que se dedicava a actividades comerciais e distorcia as regras da concorrência, o que nós criticámos sempre, agora não venham dizer que o Município não tem competências para a dinamização económica e social porque faz parte das suas atribuições, a Empresa Municipal é que não pode fazer negócio, não distorçamos as coisas, mas pode elaborar dinâmicas económicas tal como está a desenvolver actividades dessas, só é pena não apresentar o plano estratégico desenvolvido em termos de agricultura junto dos Ministérios para esta Assembleia tomar conhecimento, para sabermos quais os seus projectos e dinâmicas nessa área para todos ajudarmos na medida do possível, agora o Município tem as suas atribuições para dinamizar economicamente seja em que sector for, seja agrícola ou outra, mas convinha que fosse a agrícola porque temos um potencial para trabalhar.” -----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** “ Tal como disse o Dr. Feliciano Martins referiu não vamos entrar aqui em confronto sobre o que fez ou não a Figueira Verde. Agora tanto quanto eu saiba votei a favor da criação da Figueira Verde convencido de que aquilo que me apresentaram realmente fosse cumprido não na totalidade mas em parte aquilo a que se tinha proposto há vários anos, mas não vamos estar sempre a desculpar com o poder, pois só vou dar dois exemplos, temos uma Barragem na Vermiosa feitos pelos Serviços da Agricultura que não serve para nada até hoje e, temos os Lacticínios da Marofa que também foi apoiado pelos poderes centrais que também aconteceu o que nós também sabemos.” -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Muito obrigado. Só informar os Senhores Deputados que possivelmente muito em breve procederemos à marcação de uma Assembleia Extraordinária apenas para a conclusão do processo de fusão entre as duas Empresas Municipais, na qual é legalmente imperativo que assim seja poderão ser apresentadas as contas que o Dr. Feliciano solicitou, pois de certeza que o Senhor Presidente da Câmara terá todo o prazer em proceder o encerramento da actividade, pelo menos da parte em que foi responsável, obviamente não pode ser responsabilizado pela parte em que não interveio, mas pelo menos dos últimos anos ficaremos a saber da actividade desta empresa. Nessa Assembleia poderemos debater tudo o que hoje se começou por dar início e será a mais indicada para dar o encerramento e de votar a fusão entre as duas Empresas Municipais. Gostaria de recordar apenas não do

sentido que o Dr. Feliciano mencionou de que se iria abster desta proposta pelos motivos que indicou, mas esta cinge-se apenas à alteração dos estatutos da Figueira Cultura e Tempos Livres e, não para tomar uma posição à fusão entre as duas empresas, é apenas para a alteração dos estatutos em dois pontos essenciais se concordam ou não que passe de EM para EEM, ou concordam ou não que o capital social aumente de cinco mil para cinquenta mil euros, sendo isso que está a votação, daí solicitar especial atenção para o conteúdo da proposta. Colocada à votação foi aprovada por maioria dos votos dos membros presentes, com as abstenções dos Deputados Municipais Henrique Manuel Ferreira da Silva, Feliciano Pereira Martins, José Orlando Sousa Mano e António José Quadrado Lourenço." -----

-----**2.3. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 13 - PCM / 2011, Delegação de competências da Câmara Municipal nas Juntas de Freguesia - Autorização da Assembleia Municipal.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. " -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** " Há semelhança de outras delegações anteriores, trata-se de uma área da conservação de limpeza de valetas, bermas e caminhos, calcetamentos, conservação de equipamentos propriedade do Município, reparação de escolas, pequenas reparações, concessão de licenças de caça, enfim de pequenas e importantes áreas da competência da Câmara Municipal poderem passar para as Juntas de Freguesia à semelhança de anos anteriores. Portanto é uma previsão de delegação que depois o Município executará caso a caso, segundo a capacidade concreta dessa própria freguesia e as necessidades mais prementes. Neste momento posso informar que já foram transferidas verbas para actividades de cultura e, também já ordenei a transferência de cerca cinquenta e seis mil euros para o arranjo de caminhos e valetas para todas as freguesias consoante a área e a população, ou seja, uma ponderação população/área, um racionamento em relação ao ano anterior de uns 30 a 40%, pois também é preciso ver que alguns caminhos foram alcatroados recentemente e não precisam agora de tanta atenção e, também existem obras que já foram realizadas, sendo este o valor possível para transferência. Esta delegação permite depois caso a caso sejam estudadas outras transferências de competências freguesia a freguesia. " -----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Deputado Municipal:** “ Boa-tarde a todos. Colocava uma questão dando conhecimento à Câmara Municipal que a Escola do 1º Ciclo de Figueira de Castelo Rodrigo, ou seja, a Escola Primária, carece de uma intervenção e, naturalmente suponho que esta seria da responsabilidade da Junta de Freguesia de Figueira de Castelo Rodrigo. Infelizmente o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu aqui que o edifício do Ministério da Agricultura tem infiltrações de água, mas na Escola Primária nalgumas salas não chove mas pinga, daí que haja toda a urgência de que aquele edifício seja intervencionado, por forma que as crianças possam beneficiar de um melhor atendimento e condições, solicitando à Senhora Vereadora da Educação a quem gostava de felicitar e desejo um bom trabalho na área da educação, não que o Professor Arlindo não o tenha feito, para acompanhar e ver qual a intervenção mais adequada. Obrigado.” --

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Eu sobre esse assunto gostava apenas de dizer que desde 2005 que questionámos o Ministério da Educação sobre qual melhor sistema logístico que deveríamos ter para o Centro Escolar e, desde aí que temos tido avanços e recuos, isto porque elaborámos uma Carta Educativa que não servia os interesses do Ministério da Educação e só agora foi aprovado, pois foi porventura das primeiras a iniciar o processo mas foi das ultimas a ser aprovada, porque nós tínhamos um plano educativo para Escalhão e o Ministério não queria. Aliás sempre perguntei aqui aos Senhores Deputados e na Câmara Municipal também fiz essa proposta de debate, para saber o que é que era o melhor, se junto das Escolas do 2º Ciclo construirmos as unidades necessárias para a Escola do 1ºCiclo, se era melhor ampliarmos a Escola Secundária para o lado da EPAC assim como a Escola Primária e edificarmos ali o nosso Centro Escolar, enfim várias opções, mas sinceramente também não têm chegado muitas ideias e, então nós com os técnicos acabámos por trabalhar numa ideia e, hoje é a que está mais amadurecida, que é no espaço da Escola do 2ºCiclo construirmos o Centro Escolar com 1º e 2º Ciclo uma vez que a Carta Educativa já está aprovada e, existem muitos terrenos que dão para essa possibilidade, assim como estacionar e deixar as crianças na escola em segurança, portanto estou convencido que antes do Verão teremos um projecto para apresentar, a nível da reconstrução do 2ºCiclo e da construção do 1ºCiclo enquanto Centro Educativo daquele espaço. A Escola Primária actual motivada por estes avanços e recuos, não foi alvo daquela grande obra que era substituir o telhado, recuámos muito se havíamos ou não de o substituir, aliás quando eu cheguei à Câmara Municipal existia um

projecto para esse efeito, mas acabámos por não avançar porque já na altura se falava que aquela escola poderia ficar ultrapassada e, com os trabalhadores da Câmara Municipal fomos sempre pintando, recuperando e limpando o telhado, aquelas telhas estão de facto gastas e estaladas não se lhe podem mexer e, portanto o que vamos fazer agora é tentar que não pingue e que não chova, porque o Centro Escolar vai mesmo ser uma realidade, pois as obras vão iniciar-se ainda este ano, também temos dinheiro e são apoiados os Centros Escolares como sabem e, sempre tive a disponibilidade de gastar entre os oitocentos mil a um milhão de euros com esta obra, sendo necessária para o concelho e, vamos avançar com esse Centro Educativo de maneira que Figueira de Castelo Rodrigo tenha um bom Centro Escolar e, aproveitamos para restaurar aquela escola que está bonita e funcional, mas tem aqueles telhados que já não são permitidos pela lei e, portanto existem uma série de obras que são necessárias fazer no 2ºCiclo, mas estou convencido que ainda no decorrer deste ano temos obra no Centro Educativo para suprimos essa falta, que de facto a Escola do Ensino Básico principal tenha aquelas condições, não estando mau em termos de mobiliário e equipamentos." -----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Deputado Municipal:** " A estrutura física é que está em causa, designadamente o telhado, por isso aproveitava para convidar o Senhor Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Vice-Presidente e o restante executivo para uma visita à Escola do 1ºCiclo, no sentido de avaliarem a real situação em que esta se encontra."-----

----- **António José Lourenço Quadrado, Deputado Municipal:** " Muito boa - tarde a todos. Portanto era uma ideia que eu tenho feito sentido aqui, a da necessidade urgente de uma intervenção na Escola, apesar do Professor Arlindo estar sempre a acompanhar a evolução dos problemas. Neste momento chove numa das salas, os tectos estão negros, tanto que no ano passado nas férias da Páscoa foi necessário lavá-los, à espera que no Verão houvesse aquela intervenção no telhado, mas este ano, aliás aconselho as pessoas a deslocarem-se lá e observarem in loco, que de facto é impossível aguardar por obras no Verão, porque as salas necessitam de serem limpas e pintadas porque os tectos estão negros e cheios de humidade."-----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** " Essa necessidade de intervenção já tinha sido falada, tanto mais que nós não queremos que o edifício caia quando deixar de ser Escola, pois há-de ser outra coisa." -----

----- **António José Lourenço Quadrado, Deputado Municipal:** “ Neste momento até acontece o seguinte, todas as pessoas que vão à Escola ficam na dúvida se o Coordenador de Escola tem exercido ou não pressão para que as obras sejam efectuadas, colocam essa interrogação, pois de facto a Câmara Municipal disponibilizou mobiliário novo a uns quatro ou cinco anos, foi realizada a intervenção solicitada, mas o ano passado é que nos apercebemos que o telhado está todo a descascar, tanto que um encarregado de educação esta semana estava a conversar com dois professores à saída da Escola depois de uma reunião e, ia sendo atingido por um pedaço de telha na cabeça, isto porque estão manchadas, vão-se desprendendo até que acabam por cair.” -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Vai haver uma intervenção, pois no próprio orçamento deste ano está previsto a obra de um Centro de Dia e de Ofícios aqui para Figueira de Castelo Rodrigo e, a nossa ideia é retirarmos o Centro de Dia do Riba Côa que hoje funciona lá com algumas dificuldades de espaço e, passá-lo a espaço funcional para Centro de Dia nas actuais instalações da Escola do 1ºCiclo, quando depois mudarmos para o Centro Educativo, tanto que na primeira quinzena de Maio vou solicitar uma reunião com os docentes e a Direcção Escolar para definirmos o projecto do novo Centro Educativo em termos colectivos. ”-----

----- **António José Lourenço Quadrado, Deputado Municipal:** “ Agora que os professores passam uma grande parte do tempo lá na Escola não temos condições absolutamente nenhuma, pois oito salas que deviam estar a funcionar com turmas do 1ºCiclo, duas delas já foram para o 2ºCiclo, as pessoas não digo que não se sintam lá bem mas é diferente e acaba por não ser o sítio ideal para funcionarem duas turmas do 1ºCiclo e, possivelmente para o ano irá agravar-se a situação, isto porque a Escola do 1ºCiclo da Vermiosa e da Reigada não vão aguentar-se muito mais tempo, pois nós este já assistimos este ano à vinda de alunos da Vermiosa aqui para Figueira de Castelo Rodrigo e, neste momento que devem frequentar aquela Escola cerca de cinco crianças, mas intervenção da Escola do 1ºCiclo de Figueira de Castelo Rodrigo é urgente, a sério que é urgente.”-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Muito bem. Apesar do tema não estar directamente ligado à proposta, fica de qualquer maneira assinalado na ordem. Passaremos de seguida à aprovação desta proposta, que é aquela que está por base depois de todas as transferências da Câmara Municipal para as Freguesias, quer a nível de pequenas obras, materiais, entre outras, pois sem esta delegação

de competências não é possível agilizar os procedimentos como gostaríamos como eles fossem, uma vez que as Freguesias tem poucos recursos económicos e necessitam de financiamento da Câmara Municipal infelizmente, mas é a realidade e, sem esta proposta aprovada é muito complicado, porque é necessário outro tipo de procedimentos burocráticos mais aprofundados que se arrastam no tempo e não vão de encontro aos objectivos que o Município pretende prosseguir. Colocada à votação foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. “ -----

-----**2.4. Análise, Apreciação e Ratificação da Renúncia à qualidade de membro da Fundação do Museu do Douro.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. “ -----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Há uma dinâmica própria das instituições e das associações em que por vezes se torna importante estarmos e, por vezes quando deixamos de ter reflexos positivos torna-se importante sairmos. Neste caso específico vimos a propor a ratificação da saída, pois concretamente nós temos hoje um Museu mais próximo de nós que é o do Côa, para o qual vamos ser chamados a ter responsabilidades partilhadas na gestão e na estratégia do Museu. Este Museu do Douro era uma Associação Cultural do Douro em que nós nos associámos no sentido de puxar pela Barca D'Alva e de esta ter um pólo de turismo cultural e museológico. Ora o Museu não consegue sequer pagar os salários dos próprios trabalhadores, os quais são pagos com as contribuições que os Municípios dão e, não cabe na lista de atribuições destes estar a pagar salários culturais senão recebermos nada em troca, pois para isso existe o Ministério da Cultura para fazer a cultura a nível nacional e, portanto o que se propõem aqui hoje é a ratificação da saída que já comunicámos e tomámos a liberdade de renunciar para não pagarmos mais quotas, porque de facto o Museu tenta reunir e não consegue estabelecer um quadro mínimo de pessoas suficientes para resolver os problemas para o futuro e, a responsabilidade terá de ser do Ministério da Cultura e não dos Municípios, pois nós que estamos cá tão longe acabamos por não ter quase nada de retorno desta valia cultural que é certamente para o Douro e para a região, porque de facto o Museu está muito bonito, mas pode não ser sustentável na sua gestão e essa sustentabilidade não pode advir dos municípios mais pequenos como o nosso.” -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Esta ratificação já foi comunicada em ofício como podem verificar de dezanove de Janeiro último, foi comunicado a nossa saída por motivos urgentes que se prendem com o pagamento da quota do novo ano e, não pudemos esperar pela realização desta Assembleia. Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes. “ -----

-----**2.5. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 22 - PCM/2011, Voto de Pesar pelo falecimento do Senhor Jaime Martins Simões.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Aproveitava para juntar a esta proposta o Voto de Pesar de igual modo para o Senhor Aníbal Nunes Ferreira, antigo funcionário da Segurança Social, nos mesmos moldes. Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia. “-----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** “ Concordar também que o Voto de Pesar seja extensivo ao Senhor Aníbal Ferreira enquanto dirigente Associativo e Deputado Municipal que também foi, ao Senhor Jaime Martins Simões que além de Deputado Municipal durante muitos anos, foi também Vereador da Câmara Municipal e, de certo modo para o Poder Local Democrático é um símbolo aqui no nosso concelho. Era de facto uma pessoa de bom trato, muito cordial, simpática, amiga certamente de todos nós e, que infelizmente a saúde o levou muito cedo e, no caso do Senhor Aníbal Ferreira ainda com maior gravidade porque era ainda mais jovem. Portanto são os votos de Pesar que penso que serão o sentido de toda a Assembleia.” -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** “ Eu quero felicitar o Senhor Presidente da Câmara Municipal por ter trazido este Voto de Pesar a esta Assembleia, pois primeiro permite em termos institucionais manifeste a sua solidariedade à família, mas também que homenageie um cidadão importante. Eu sou amigo da família há mais de trinta anos, quer do Senhor Jaime Simões quer do filho e, para além de existirem estes laços de amizade entre famílias, habituei-me a ver no Senhor Jaime Simões um cidadão que neste concelho era dedicado à cidadania, assumia as suas convicções, antecipava nas decisões, participava nas soluções e, por isso é de bom tom esta homenagem. Aliás até propunha que a Câmara Municipal pensasse associar o seu nome eventualmente a uma rua, a um edifício, porque são pessoas destas que contribuem para as dinâmicas, para elevar a qualidade da

democracia seja nas zonas interiores ou noutras, mas é difícil nas zonas interiores ter participação, assumir convicções e estes são exemplos de que é possível e importante que apareçam pessoas com esta qualidade, por isso a minha homenagem ao Senhor Jaime Simões. Em relação ao Aníbal Ferreira foi também um amigo dos meus tempos de Liceu e, de facto é com grande pesar que assistimos à sua partida, também foi uma pessoa exemplar nesse sentido, que nunca teve medo de assumir convicções, tanto que eu estive contra ele politicamente nalgumas situações aqui no concelho, mas foi sempre de uma lealdade, de uma amizade que é digno de enaltecer e, são pessoas destas que fazem falta seguramente a este concelho, mas vida é mesmo assim e nós só temos que os homenagear e, de facto institucionalmente fazer relevar as qualidades que eles tiveram e servir disso exemplos para outras gerações."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Dito as palavras não resta qualquer tipo de acrescento, pois é uma perda para todos os figueirenses, independentemente das suas convicções de um ou de outro elemento, participaram civicamente na resolução de muitos problemas quer a nível organizativo quer a nível pessoal e, deixarão muita saudade para quem os conheceu e para quem teve o prazer de evidenciar as experiências com eles. Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes." -----

-----**2.6. Análise, Apreciação e Aprovação da Proposta n.º 28 - PCM/2011, Primeira revisão ao Orçamento e Plano Plurianual de Investimentos.** -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Vou colocar a proposta à consideração da Assembleia."-----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** " Trata-se de uma revisão técnica exigência pelo POCAL, portanto era necessário criar a rubrica de reposições não abatidas nos pagamentos e, certamente por lapso não ficou prevista logo de início, não altera em nada o nosso Plano Plurianual de Investimentos." -----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Apenas uma alteração da lei técnica que é obrigatória. Colocado à votação foi aprovado por unanimidade dos votos dos membros presentes." -----

-----**3. Outros assuntos:**-----

-----**3.1. Correspondência recebida e outras informações.**-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Temos uma missiva do Governo Civil da Guarda que relata as conclusões de um encontro que se realizou na Guarda e Vila Nova de Foz Côa de algumas figuras, digamos pensadores do nosso Distrito que decorreram dia 28 e 29 de Janeiro e, que temos aqui a acta do resultado destas duas iniciativas. Temos também um texto escrito pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal "Ousar investir em anos de crise...", presumo que tenha sido publicado no jornal Ecos da Marofa recentemente. Uma carta enviada pelo Comboios de Portugal sobre os serviços prestados na Linha do Douro. Um resumo financeiro da execução do INTERREG III, como podem ver Figueira de Castelo Rodrigo teve uma execução excelente no quadro dos diversos projectos. Apresentação de mais uma moção contra as SCUT'S, neste caso na A23, esperamos que se intensifique esta luta contra as portagens nas SCUT'S, uma vez que o Abril está quase aí e passaremos a pagar inevitavelmente muito proximamente, até porque ainda não foi publicada a listagem das isenções, continuamos à espera sem saber quem ficará ou não isento e em que moldes, o que não é muito correcto estarmos completamente às escuras nesta situação e até quando é que ficaremos à espera. Nas SCUT'S do Litoral como a portaria saiu pouco tempo depois do portajamento aqui ainda não há essa informação. Passaria a palavra agora excepcionalmente ao Senhor Presidente da Câmara Municipal porque querera convidar os membros desta Assembleia para dois eventos que se seguirão, um já de seguida e, outro no Domingo em Barca D'Alva."-----

----- **António Edmundo Freire Ribeiro, Presidente da Câmara Municipal:** " Aproveitava então este momento que ainda me é dada a palavra para lhes dizer que estive num congresso da ANAFRE, realizado na Guarda no sábado passado, em que o debate da reorganização e o dimensionamento das Freguesias e dos Municípios está na ordem do dia, tal como já tínhamos previsto há uns meses atrás. Neste momento o Senhor Secretário da Administração Local lançou o debate dizendo que não existem ideias pré-estabelecidas o que importa é debater e em democracia deve-se debater tudo, sobretudo quando se puderem aprimorarem soluções. Agora gostava de vos dizer que a posição do Senhor Governador Civil da Guarda e do Senhor Presidente da ANAFRE e a da Câmara Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo no seu todo pelo executivo por unanimidade, é precisamente a mesma, de que não obstante Lisboa tenha optado por ter menos freguesias ou Covilhã como já tenha mostrado essa disponibilidade ou mesmo a Guarda de ter menos freguesias essencialmente urbanas, mas no nosso caso concreto em que temos quinhentos quilómetros quadrados e

cada freguesia tem uma média de trinta quilómetros quadrados, em que temos muito território com pouca densidade e, estão aí decorrer os Censos e certamente que as notícias não são boas, porque sabemos que todos estes territórios estão a perder muita população de Norte a Sul do país. No momento em que este debate é lançado, se deixarmos de ter Freguesias que é hoje a única entidade administrativa de proximidade junto dos cidadãos para resolver muitos problemas, porque funcionário público mais barato do País é o Presidente de Junta de Freguesia, que trabalha na área dos Censos, da Protecção Civil, da Acção Social, dos Recenseamentos, da Saúde, pois não há política nenhuma que possa ir para o terreno com eficácia e colher bons frutos se não for acompanhada pelo autarca local e, portanto a nossa posição enquanto Município é que somos contra qualquer redimensionamento ou de organização aqui ao nível do Município de Figueira de Castelo Rodrigo, não obstante se esse movimento partir das populações, de que queiram juntar-se e agregar-se administrativamente nós estaremos cá para observar aquilo que nos propuserem, mas não é essa a minha vontade, independentemente do número de cidadãos e de pessoas que tenhamos numa pequena freguesia, porque antigamente dizia-se que fechar uma escola era fechar a aldeia e, hoje também se pode fechar a Junta de Freguesia que é mesmo desistir administrativamente daquele território em termos de segurança pública e de propriedade e, por isso a nossa posição e gostava aqui de lançar o debate e sentir no fundo se como digo que foi unânime em termos de Câmara Municipal, se posso dizer também que é unânime em termos de Assembleia Municipal, no sentido que o território não pode ser desaproveitado pois ficamos todos mais pobres e, ter uma Junta de Freguesia pode significar aproveitá-lo melhor e explorar melhor as suas especificidades, puxando mais por esse território e, segundo o Presidente da ANAFRE as Juntas de Freguesias representam 0,1% do Orçamento de Estado não é um problema económico de certeza e, se nos deixarem valer a nossa vontade nesta afirmação que temos, então no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo ficaremos com as 17 Freguesias e, o concelho irá manter-se como um Município, porque se tudo for centralizado para uma escala maior, não é só fechar a Junta de Freguesia ou a Câmara Municipal, mas toda a economia local, porque a partir do momento que os contractos são feitos a nível nacional e, os locais como não estão inscritos nas plataformas não conseguem concorrer e ficam de fora e, depois vem essas empresas de fora que ganham uma margem maior a subcontratá-los por um preço inferior e, no fundo a nível de Municípios é o que pode acontecer, pois se não existir o Município de

Figueira de Castelo Rodrigo e o Município estiver na Guarda, eu não estou a ver mais ninguém daqui a fornecer emprego àquele Município e, a nível de poupança também não porque aquilo que o Estado gasta com a Administração Local são 4% das Despesas Correntes totais, isto é, das Administrações Central, Regional e Local, já com os Municípios e Freguesias incluídas, pois no fundo o que vai acontecer com o desaparecimento de alguns Municípios é um menor investimento a nível de fundos comunitários que irão para outros países. O problema não está nos autarcas porque muitos de vocês estão em fim de ciclo e não se podem recandidatar, mas em salvar a massa crítica e a economia social do território, pois ficamos todos mais pobres, porque aquelas pessoas que dizem que temos a mesma organização administrativa desde à muitos anos com 308 Municípios, hoje em dia as comunicações são mais céleres e não são necessários tantos Presidentes da Câmara nem de Juntas de Freguesia então o debate está mal focado pois devia estar na descentralização financeira e numa administração intermédia, pois não tem lógica existir uma administração central com muito dinheiro e, um local com cada vez menos dinheiro e mais competências e a contribuir cada vez menos para o défice. Por isso penso que este debate seja mau aqui para o interior, porque muitas vezes só o anúncio de encerramento é pior que o encerrar, principalmente para quem queira investir, apostar nestes territórios e fazer a sua vida aqui como é o nosso caso. Eu sei que este tema não estava inscrito na ordem de trabalhos, mas o debate está aí é importante, não sei se esta é a posição unânime desta Assembleia, aliás nós estamos disponíveis para formatar um documento que seja discutido, apesar de esta posição já ter sido aprovada por unanimidade pela Câmara Municipal, porque penso que seja do interesse quer dos Vereadores quer dos Deputados da oposição a defesa pela continuidade do Município.” -----

----- **Feliciano Pereira Martins, Deputado Municipal:** “ Nós temos sempre dificuldade em analisar certos temas que nos envolve, pois sempre ouvi dizer que ninguém é bom juiz em causa própria, portanto são assuntos que nos tem muita proximidade então temos dificuldade em sermos racionais na sua análise, mas neste debate temos de discutir a reforma administrativa, pois não se esqueçam que temos a reforma administrativa do século XIX do Mouzinho da Silveira, vejam bem aonde é que já vai. Na Europa está-se a fazer esta discussão, aqui na vizinha Espanha já se está a por em causa as autonomias, senão era melhor acabar com aquilo, por isso a discussão não é só portuguesa, mas global. Agora seria bom que se agendasse este tema para a próxima Assembleia, se houver uma sedimentação

das ideias que não há parece que está tudo excluído, sabe-se que se tem de se fazer a reforma administrativa e aí estamos todos de acordo, mas como é que vai evoluir não sabemos e, nem sequer temos conhecimento das ideias força que vão nortear essa reforma, mas isso não invalida que a gente não tenha algumas convicções, alguns pontos de partida para a negociação digamos assim, pois nós temos que saber o que queremos e essencialmente o que não queremos e, também à primeira vista não tenho pensado muito no assunto, parece-me que não pode ser geral e para todos igual, pois tem de ser desigual, porque temos de saber todos o que é que pretendemos, queremos introduzir nacionalidade, dimensão nos territórios, redução de custos, pretendemos tudo isto é necessário saber, pois o Litoral e o Interior são diferentes logo não podem não podem haver soluções iguais, ou seja, para mim diz-me mais o que está a ser feito em Lisboa, porque aí a racionalidade é enorme e aí acabar com freguesias é racional e eficiente, mas aqui nem sequer se coloca essa hipótese de acabar com as Freguesias, pelo menos com o Município em zonas de baixa densidade, mas com que fundamento, para ganhos de eficiência em termos de erário público, para ganhar dimensão, mas quem nos garante que vamos ter mais investimento se nos juntarmos que ganhamos dimensão territorial e económica. Portanto sabemos que é preciso fazer, que temos um território desigual e que as soluções não podem ser iguais e, que não faz sentido questionar certos assuntos nestas zonas de baixa densidade. Faz todo o sentido e eu concordo que pelo menos as ideias força que devemos trazê-las, discuti-las e colocar este tema na agenda tanto melhor, porque se nos adiantarmos tanto melhor, porque a discussão vai estar aí e, se nós tivermos fomentado e emanado nessas ideias tanto melhor, por isso é bom que se apresentem propostas, lançar a discussão e marcar uma sessão da Assembleia sobre este tema." -----

----- - **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Assembleia Municipal:** “ Eu também concordo com a posição do Dr. Feliciano no sentido que seja trazido até nós uma guia de ideias que nos separam e nos vão juntar para a próxima Assembleia Municipal, de modo que se possa tomar uma posição de força como já aconteceu na altura da discussão sobre o encerramento do Sape, do mapa judicial, do portajamento da A25 e A23, como mais moções que já foram aprovadas aqui e, em boa-hora surgiram efeito, pelo menos bloquearam essas reformas, ou pelas nossas moções ou por alguma inoperância do executivo em Lisboa que não conseguiu implementar a tempo as suas propostas e, ainda

bem para nós, tal como esperamos que esta fique na gaveta porque é demasiado lesivo para as freguesias do nosso concelho e, porque não elevarmos ao extremo para a nossa própria Câmara Municipal. Nesse sentido chamava a atenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal para numa próxima reunião trazer um documento que possa suportar pelo menos o início da nossa retaliação a essa ofensiva que já foi aberta pelo Senhor Secretário de Estado da Autarquias Locais. Gostaria ainda de chamar a vossa atenção para dois eventos que se vão realizar, um já de seguida que é a Inauguração Exposição Documental dos 70 anos da Amendoeira em Flor, a qual se iniciará às 17horas e, o outro decorrerá em Barca D'Alva com o lançamento do Guia Turístico Sentir e Descobre Figueira de Castelo Rodrigo, pelas 16horas no Cais Turístico e Fluvial e o autor estará presente." -----

-----**3.2. Intervenção do público.**-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Presidente da Assembleia Municipal:** "Quanto à intervenção do público, ninguém manifestou vontade em intervir. "-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, que a presente acta fosse aprovada em minuta, nos termos do n.º 4 do artigo 40º, do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

-----Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezasseis horas e quinze minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada por mim, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, que a secretariei e redigi e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Luís Ricardo Beato Pereira.-----

